

RT INFORMA



Principais atos normativos em matéria trabalhista e sindical em 2025

Este RT Informa traz um compilado dos principais atos normativos legais e infralegais publicados em matéria trabalhista e sindical no ano de 2025.

Entre os temas de maior destaque, estão as alterações nos procedimentos de concessão e gestão de benefícios, as inovações no crédito consignado, as políticas de igualdade salarial, as medidas de combate ao trabalho escravo e infantil, a atualização das Normas Regulamentadoras e a realização da II Conferência Nacional do Trabalho.

No campo sindical, registraram-se medidas relevantes relacionadas ao Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), especialmente quanto à atualização cadastral e ao cancelamento de registros de entidades que não atenderam às exigências normativas.

Confira a seguir:

- **Benefícios e auxílios**

O ano de 2025 teve forte presença de atos voltados à concessão, manutenção e gestão de benefícios previdenciários, assistenciais e trabalhistas. Confira os destaques:

Norma	Do que se trata
Portaria MDS nº 1.084, de 14 de maio de 2025	Altera a Portaria MDS nº 897, de 7 de julho de 2023 , que estabelece normas e procedimentos para a gestão dos benefícios do Programa Bolsa Família - PBF , para promover alterações na regra de proteção do Programa, e dispõe sobre a integração do sistema do prontuário eletrônico, de que trata a Portaria SNAS nº 143, de 8 de agosto de 2017, ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.
Portaria Conjunta MPS/INSS nº 60, de 17 de junho de 2025	Autoriza, em caráter excepcional e transitório, a ampliação do prazo máximo de duração do auxílio por incapacidade temporária concedido por meio de análise documental .

Portaria Conjunta MPS/INSS nº 59, de 17 de junho de 2025	Altera o § 1º e inclui o § 1-A, ambos do art. 4º da Portaria Conjunta MPS/INSS nº 38, de 20 de julho de 2023, que disciplina as condições de dispensa da emissão de parecer conclusivo da Perícia Médica Federal quanto à incapacidade laboral e a concessão do benefício por meio de análise documental pelo Instituto Nacional do Seguro Social, de que trata o § 14 do art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
Lei nº 15.157, de 1º de julho de 2025	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social), e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para dispensar o segurado do Regime Geral de Previdência Social e o beneficiário do benefício de prestação continuada da reavaliação periódica das condições da concessão do benefício quando a incapacidade for permanente, irreversível ou irrecuperável e para determinar a participação de especialista em infectologia na perícia médica de pessoa com síndrome da imunodeficiência adquirida.
Decreto nº 12.561, de 23 de julho de 2025	Regulamenta o art. 1º da Lei nº 15.077, de 27 de dezembro de 2024, para dispor sobre o cadastro biométrico obrigatório para concessão, manutenção e renovação de benefícios da seguridade social de competência da União
Resolução nº 13, de 27 de agosto de 2025	Aprova a criação do Enunciado nº 19 do CRPS, que trata sobre a carência para o benefício de salário-maternidade, em decorrência da declaração de inconstitucionalidade decidida na ADI 2110.
Lei nº 15.222, de 29 de setembro de 2025	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) , aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 , para prorrogar a licença-maternidade em até 120 (cento e vinte) dias após a alta hospitalar do recém-nascido e de sua mãe; e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 , para ampliar o prazo de recebimento do salário-maternidade.
Lei nº 15.201, de 9 de setembro de 2025	Institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios (PGB) no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Departamento de Perícia Médica Federal da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social.
Portaria Conjunta DIRBEN/DTI/PFE-INSS nº 26, de 20 de outubro de 2025	Altera a Portaria Conjunta nº 2/DIRAT/DIRBEN/PFE/INSS, de 12 de março de 2020, que define procedimentos para implantação e reativação de benefícios por incapacidade decorrentes de decisão judicial e revoga a Portaria DIRBEN/INSS nº 46, de 10 de abril de 2023.
Portaria Conjunta MPS/INSS nº 83, de 4 de dezembro de 2025	Autoriza, em caráter excepcional e transitório, a ampliação do prazo máximo de duração do auxílio por incapacidade temporária concedido por meio de análise documental.
Portaria Conjunta MPS/INSS nº 82, de 4 de dezembro de 2025	Altera o § 1º e inclui o § 1-A, ambos do art. 4º da Portaria Conjunta MPS/INSS nº 38, de 20 de julho de 2023, que disciplina as condições de dispensa da emissão de parecer conclusivo da Perícia Médica Federal quanto à incapacidade laboral e a concessão do benefício por meio de análise documental pelo Instituto Nacional do Seguro Social, de que trata o § 14 do art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991
Resolução Codefat/MTE nº 1.031, de 16 de dezembro de 2025	Altera a Resolução Codefat/MTE nº 957, de 21 de setembro de 2022, que dispõe sobre normas relativas à concessão, processamento e pagamento do benefício do Programa do Seguro-Desemprego , para atualizar disposições relativas à habilitação do trabalhador resgatado ao benefício do Programa do Seguro-Desemprego

- **Previdenciário**




Os atos normativos de matéria previdenciária concentraram-se nas garantias dos segurados e na atualização dos instrumentos, nos quais destaca-se as alterações nas regras de comprovação de vida, a proteção ao segurado de boa-fé contra a restituição de valores pagos indevidamente e a ampliação do uso da perícia médica por telemedicina.


Norma	Do que se trata
Portaria MPS nº 83, de 15 de janeiro de 2025	Altera a Portaria MTP nº 220, de 2 de fevereiro de 2022, que disciplina os procedimentos referentes à comprovação de vida anual dos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
Portaria DIRBEN/INSS nº 1.253, de 14 de janeiro de 2025	Altera a Portaria DIRBEN/INSS nº 1.056, de 20 de setembro de 2022, que estabelece diretrizes e procedimentos para os processos de Supervisão Técnica em Benefícios e Revisões Administrativas e de Ofício no âmbito da Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão – Dirben.
Portaria Conjunta MPS/MGI/CC nº 20, de 22 de abril de 2025	Disciplina o Programa de Gerenciamento de Benefícios - PGB no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social e do Departamento de Perícia Médica Federal da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social.
Portaria Conjunta DIRBEN/DTI/INSS nº 13, de 23 de maio de 2025	Dispõe sobre os procedimentos para requerimento e análise de serviços de manutenção de direitos.
Portaria DPMF/SRGPS/MPS nº 1.424, de 7 de junho de 2025,	Divulga as unidades de atendimento em que foram ofertadas perícias médicas por telemedicina , autorizadas pela Lei n.º 14.724, de 14 de novembro de 2024.
Instrução normativa PRES/INSS nº 188, de 8 de julho de 2025	Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022, que disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário.
Portaria PRES/INSS nº 1.852, de 23 de julho de 2025	Revoga a Portaria PRES/INSS nº 1.715, de 25 de junho de 2024 que suspende as tarefas relativas à compensação previdenciária até a publicação de norma relativa à organização da operacionalização e das análises, manual e automática, dos requerimentos de compensação financeira, para atendimento ao disposto no art. 46 da Portaria MPS nº 1.400, de 27 de maio de 2024
Instrução Normativa PRES/INSS 197, de 17 de setembro de 2025	Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 186, de 12 de maio de 2025, que estabelece fluxo de consulta, contestação e restituição por entidades associativas e sindicais de descontos indevidos de mensalidades associativas.
Instrução Normativa PRES/INSS 195, de 18 de setembro de 2025	Altera a Instrução Normativa PRES/INSS 128, de 28 de março de 2022 , que disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário.
Lei nº 15.257, de 12 de novembro de 2025	Revoga as Leis nºs 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), 5.890, de 8 de junho de 1973, e 6.367, de 19 de outubro de 1976, e dispositivos do Decreto-Lei nº 72, de 21 de novembro de 1966.

Instrução Normativa PRES/INSS nº 199, de 13 de novembro de 2025	Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 186, de 12 de maio de 2025, que estabelece fluxo de consulta, contestação e restituição por entidades associativas e sindicais de descontos indevidos de mensalidades associativas.
Portaria Conjunta DIRBEN-INSS/DPMF-MPS nº 4 de 4 de dezembro de 2025	Disciplina o cumprimento da Ação Civil Pública nº 5000295-09.2015.4.04.7200 SC, que determina ao INSS o custeio de eventuais exames complementares solicitados por Peritos Médicos Federais , para fins de benefícios previdenciários e assistenciais.

- Normas Regulamentadoras

O Ministério do Trabalho e Emprego editou novas alterações sobre as Normas Regulamentadoras (NRs) de importante análise aos riscos ocupacionais. Veja as principais alterações:

Norma	Do que se trata
Portaria MTE Nº 9, de 2 de janeiro de 2025	<p>Prorroga o prazo de início de vigência parcial do item 18.10.1.13 da Norma Regulamentadora nº 18 - Condições de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção, aprovada pela Portaria SEPRT nº 3.733, de 10 de fevereiro de 2020, para alguns tipos de máquinas autopropelidas que indica.</p> <p> o item 18.10.1.13 da NR nº 18 trata da obrigatoriedade de que as cabines das seguintes máquinas autopropelidas novas sejam climatizadas de máquinas pavimentadoras, máquinas alimentadores móveis para asfalto, máquinas fresadoras de pavimento, e máquinas de textura e cura de concreto.</p>
Portaria MTE nº 57, de 16 de janeiro de 2025	<p>Altera o item 6.9.4 da Norma Regulamentadora nº 6 - Equipamento de Proteção Individual (NR-6), aprovada pela Portaria MTP nº 2.175, de 28 de julho de 2022.</p> <p> na nova redação, o item 6.9.4 da NR nº 6 dispõe que “É vedada a cessão de uso do CA [Certificado de Aprovação] emitido a determinado fabricante ou importador para que outro fabricante ou importador o utilize sem que se submeta ao procedimento regular para a obtenção de CA próprio”.</p>
Portaria MTE nº 765, de 15 de maio de 2025	Prorroga o prazo de início de vigência da nova redação do capítulo "1.5 Gerenciamento de riscos ocupacionais" da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais.
Portaria MTE nº 60, de 21 de janeiro de 2025	<p>Altera a redação do item 2.1.1 do Anexo III - Tanques de Inflamáveis no Interior de Edifícios - da Norma Regulamentadora nº 20 - Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis (NR-20), aprovada pela Portaria SEPRT nº 1.360, de 9 de dezembro de 2019</p> <p> na nova redação do item 2.1.1 do Anexo III da NR nº 20, os tanques inflamáveis (em edifícios) de consumo do grupo gerador alimentados por diesel ou biodiesel não precisam ser metálicos, independentemente de serem separados ou integrados.</p>
Portaria MTE nº 779, de 16 de maio de 2025	Suspende a alínea "a" do item 38.10.7 da Norma Regulamentadora nº 38 (NR-38) - Segurança e Saúde no Trabalho nas Atividades de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos.

	 a alínea "a" do item 38.10.7 da Norma Regulamentadora nº 38 especificava a exigência de calçado de segurança do tipo tênis para atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.
Portaria MTE nº 1.411, de 22 de agosto de 2025 (*)	Aprova o Anexo VI - Atividades Perigosas dos Agentes das Autoridades de Trânsito da Norma Regulamentadora nº 16 (NR-16) - Atividades e Operações Perigosas ¹ .
Portaria nº 1.680, de 2 de outubro de 2025	Aprova o Anexo III - Escadas de Uso Individual , altera o item 35.6.9.1.1 e o glossário da Norma Regulamentadora nº 35 - Trabalho em altura.
Portaria MTE nº 2.021, de 3 de dezembro de 2025	Aprova o Anexo V - Atividades Perigosas em Motocicletas da Norma Regulamentadora nº 16 (NR-16) - Atividades e Operações Perigosas

- Sindical

Os cancelamentos de entidades sindicais sem atualização dos dados do mandato de sua diretoria no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES) foram os atos com maior incidência no ano de 2025 em matéria sindical.

Norma	Do que se trata
Despacho MTE, de 2 de janeiro de 2025	Cancela o registro sindical das referidas entidades sindicais, nos termos do art. 38, inciso IV, da Portaria 3.472/2023
Despachos de 14 de março de 2025	Cancela o registro sindical das referidas entidades sindicais, considerando que as entidades listadas permanecem desatualizadas, com fundamento na Análise Técnica 47 (4868878), tendo em vista o término do prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a atualização dos dados do mandato de sua diretoria no Sistema CNES.
Instrução Normativa PRES/INSS nº 186, de 12 de maio de 2025	Estabelece fluxo de consulta, contestação e restituição por entidades associativas e sindicais de descontos indevidos de mensalidades associativas.
Instrução Normativa PRES/INSS nº 189, de 10 de julho 2025	Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 186, de 12 de maio de 2025, que estabelece fluxo de consulta, contestação e restituição por entidades associativas e sindicais de descontos indevidos de mensalidades associativas.
Despacho de 5 de agosto de 2025	Cancela o registro sindical das referidas entidades sindicais, nos termos do art. 38, inciso IV, da Portaria MTE nº 3.472/2023.
Retificação	Sobre a Portaria MTE nº 1.419, de 27 de agosto de 2024, publicada no DOU de 28/8/2024, seção 1, pág. 131/132, que "a prova a nova redação do capítulo "1.5 Gerenciamento de riscos ocupacionais" e altera o "Anexo I – Termos e definições" da Norma Regulamentadora nº 01 (NR-1) – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais
Despacho de 16 de outubro de 2025	Cancela o registro sindical de entidades sindicais, nos termos do art. 38, inciso V, da Portaria MTE nº 3.472, de 2023

- Direitos da Pessoa com Deficiência

¹ (*) Republicada por ter saído, no DOU de 25 de agosto de 2025, seção 1, página 142, com incorreção no original.

Os direitos da Pessoa com Deficiência (PCD) consistiram em reserva legal de contratação de PCD, concessões de pensões e outros.

Norma	Do que se trata
Decreto nº 12.533, de 25 de junho de 2025	Altera o Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, que reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta.
Lei nº 15.156, de 1º de julho de 2025	Dispõe sobre o direito a indenização por dano moral e a concessão de pensão especial à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 8.213, de 24 de julho de 1991.

- Igualdade salarial

O Ministério do Trabalho e Emprego institui o Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens e o seu Comitê Gestor, com vigência até 2027, que trouxe diversas diretrizes relacionadas à equidade de gênero no emprego. Confira os atos que envolvem o tema:

Norma	Do que se trata
Portaria Conjunta nº 2 MM/MTE/MME/MIR/MEC/MGI/MDIC/MCTI/MDA/MDHC/MDS, de 7 de abril de 2025	Institui o Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens e o seu Comitê Gestor.
Portaria Conjunta nº 2, de 7 de abril de 2025	Institui o Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens e o seu Comitê Gestor. *Republicado por ter saído, no DOU de 8/04/2025, Seção 1, pág. 76, com incorreção.

- Inclusão

Diversos atos foram voltados para a prática de inclusão, com ações voltadas a contratações públicas para mulheres vítimas de violência doméstica, reserva de vagas em concurso públicos às pessoas pardas, indígenas e quilombolas, e políticas em prol de Pessoas LGBTQIA+.

Norma	Do que se trata
Decreto nº 12.516, de 17 de junho de 2025	Altera o Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Decreto nº 12.536, de 27 de junho de 2025	Regulamenta a Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025, para dispor sobre reserva de vagas às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas

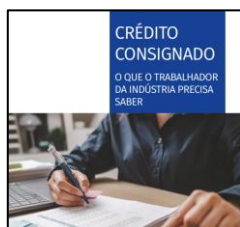
	em concursos públicos e em processos seletivos simplificados para contratação por tempo determinado, e sobre a classificação de pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas em caso de inclusão em múltiplas hipóteses de reserva de vagas.
Lei nº 15.176, de 23 de julho de 2025	Altera a Lei nº 14.705, de 25 de outubro de 2023, para prever programa nacional de proteção dos direitos da pessoa acometida por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica ou por Síndrome Complexa de Dor Regional ou outras doenças correlatas.
Lei nº 15.177, de 23 de julho de 2025	Estabelece a obrigatoriedade de reserva mínima de participação de mulheres em conselhos de administração das sociedades empresárias que especifica; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas), e a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais).
Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025	Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.
Instrução Normativa nº 1, de 7 de novembro de 2025	Dispõe sobre a Governança da Estratégia Nacional de Trabalho Digno, Educação e Geração de Renda para Pessoas LGBTQIA+, nos termos da Portaria MDHC nº 88, de 27 de fevereiro de 2024, da Portaria nº 15, de 4 de junho de 2024, e da Portaria MDHC nº 17, de 13 de junho de 2024

- **Crédito consignado**

As alterações promovidas pela Lei nº 15.179/2025 tiveram ampla repercussão nas relações do trabalho, ao promover acesso ao crédito consignado. Veja quais foram os principais atos normativos que envolveram o tema:

Norma	Do que se trata
Instrução Normativa PRES/INSS nº 179, de 17 de janeiro de 2025	Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 10 de novembro 2022 , que estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de crédito consignado, contraídos nos benefícios pagos pelo INSS
Portaria DIRBEN/INSS nº 1.257, de 17 de janeiro de 2025	Altera a Portaria DIRBEN/INSS nº 1.242, de 06 de dezembro de 2024 , que define o prazo e as obrigações a serem cumpridas pelas instituições financeiras consignatárias acordantes que operarão a consignação de antecipação parcial do salário de benefício, com amortização sem cobrança de juros, aos beneficiários da Previdência Social.
Medida Provisória nº 1.292, de 12 de março de 2025,	Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que trata sobre as operações de crédito consignado de empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de trabalhadores regidos pela Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, e pela Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, e de diretores não empregados com direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para dispor sobre a operacionalização das operações de crédito consignado por meio de sistemas ou de plataformas digitais.
Portaria MTE nº 434, de 20 de março de 2025	Dispõe sobre as formalidades para habilitação de instituições consignatárias para a operacionalização da operação de crédito com consignação em folha de pagamento, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de

	2003 , com redação dada pela Medida Provisória nº 1.292, de 12 de março de 2025 .
Portaria MTE nº 435, de 20 de março de 2025	Estabelece critérios e procedimentos operacionais para a consignação dos descontos em folha de pagamento, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro 2003 , com redação dada pela Medida Provisória nº 1.292, de 12 de março de 2025 .
Despacho Decisório PRES/INSS nº 75, de 16 de maio de 2025	Trata de monitoria e avaliação do serviço de desbloqueio de benefícios para empréstimos consignados.
Portaria MTE nº 1.039, de 11 de junho de 2025	Altera a Portaria MTE nº 434, de 20 de março de 2025, que dispõe sobre as formalidades para habilitação de instituições para operacionalização da operação de crédito com consignação em folha de pagamento de que trata o art. 1º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Medida Provisória nº 1.292, de 20 de março de 2025.
Lei nº 15.179, de 24 de julho de 2025	Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003 (Lei do Crédito Consignado), para dispor sobre a operacionalização das operações de crédito consignado por meio de sistemas ou de plataformas digitais .
Decreto nº 12.564, de 24 de julho de 2025	Regulamenta o art. 2º-I da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre os procedimentos e requisitos técnicos para a verificação biométrica da identidade do trabalhador , o consentimento para tratamento de dados pessoais biométricos e o uso de assinaturas eletrônicas e digitais nas operações de crédito consignado com desconto em folha de pagamento para fins de contratação e averbação.
Resolução CGCONSIG/MTE 1, de 21 agosto de 2025	Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor das Operações de Crédito Consignado .
Decreto nº 12.682, de 20 de outubro de 2025	Altera o Decreto nº 12.415, de 20 de março de 2025 , que dispõe sobre o Comitê Gestor das Operações de Crédito Consignado .
Portaria MTE nº 2.254, de 29 de dezembro de 2025	Altera a Portaria MTE nº 434, de 20 de março de 2025, para dispor sobre a habilitação simplificada das entidades fechadas de previdência complementar e das cooperativas de crédito singulares , visando integração para a consulta e declaração da margem consignável disponível e utilizada do trabalhador



O [Portal Conexão Trabalho](#) publicou [cartilha do Crédito Consignado](#), voltada ao trabalhador da indústria, que explica como funciona essa modalidade de empréstimo, seus riscos e cuidados na contratação. Também orienta sobre direitos, deveres e as mudanças trazidas pela Lei nº 15.179/2025, promovendo educação financeira e decisões mais seguras.

• FGTS

Novos atos normativos também foram importantes para o FGTS. Foram publicados diversos atos voltados à fiscalização, cobrança, tramitação de autos de infração, modernização de sistemas digitais, atualização de manuais operacionais, governança e aplicação dos recursos do Fundo. Veja os principais:

Norma	Do que se trata
Instrução Normativa SIT/MTE Nº 2, de 3 de abril de 2025	Dispõe sobre a cobrança e a fiscalização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e das contribuições sociais instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001 .
Edital nº 2/2025	Dispõe sobre a entrada em produção do módulo de parcelamento da plataforma FGTS digital.
Portaria MTE nº 1.131, de 3 de julho de 2025	Altera o art. 81 da Portaria MTP nº 667, de 8 de novembro de 2021, que aprova normas para a organização e tramitação dos processos de auto de infração, de notificação de débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e da Contribuição Social; regulamenta o Sistema Eletrônico de Processo Administrativo Trabalhista; estabelece parâmetros para a aplicação das multas administrativas de valor variável, previstas na legislação trabalhista; e disciplina os procedimentos administrativos de emissão da certidão de débitos, oferta de vista, extração de cópia, verificação anual dos processos administrativos e procedimento para autorização do saque de FGTS pelo empregador, quando recolhido a empregados não optantes.
Resolução CCFGTS nº 1.126, de 7 de outubro de 2025	Aprova medidas na aplicação dos recursos do FGTS no âmbito do Fundo Garantidor de Microfinanças – FGM.
Resolução CCFGTS nº 1.128, de 7 de outubro de 2025	Autoriza o reinvestimento de cotas do FI-FGTS, objeto de retorno das operações de investimento e das aplicações das disponibilidades, e dá outras providências.
Resolução CCFGTS nº 1.130, de 7 de outubro de 2025	Altera a Resolução CCFGTS nº 958, de 24 de abril de 2020 , que regulamenta a alienação ou cessão fiduciária do direito ao saque aniversário da conta vinculada do FGTS.
Portaria Interministerial MTE/MPS/MF nº 24, de 12 de maio de 2025	Altera a Portaria Interministerial MTP/ME nº 3, de 15 de outubro de 2021, para prever a alteração do prazo para recolhimento de tributos e do FGTS pelo segurado especial, bem como acrescentar disposições afetas ao FGTS Digital. (Processo nº 19966.200394/2024-08).
Medida Provisória nº 1.331, de 23 de dezembro de 2025	Autoriza a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, nos termos do disposto no art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990



O portal conexão trabalho divulgou o [RT Informa sobre o FGTS Digital](#), que apresenta as orientações do MTE para o recolhimento de FGTS (inclusive multa de 40%) decorrente de ações trabalhistas. O documento esclarece procedimentos, sistemas a serem utilizados e regras conforme o período do vínculo, à luz da decisão vinculante do TST e da Nota Orientativa nº 08/2025.

• Erradicação do Trabalho Escravo/Infantil

Em matéria de combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil, foram publicados diversos atos normativos voltados ao fortalecimento da governança institucional, à articulação interministerial, à internalização de

compromissos internacionais, ao aprimoramento dos mecanismos de prevenção, erradicação e proteção de crianças, adolescentes e trabalhadores em situação de vulnerabilidade, dentre outras ações. Confira:

Norma	Do que se trata
Portaria nº 673, de 8 de maio de 2025	Dispõe sobre a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo e seu Grupo Executivo de Trabalho, e dá outras providências.
Decreto Legislativo nº 177, de 2025 (*)	Fica aprovado o texto do Protocolo Facultativo à Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório , adotado em Genebra, em 28 de maio de 2014
Recomendação SIT/MTE nº 1, de 9 de julho de 2025	Estabelece Recomendação sobre o atendimento de situações de trabalho infantil junto a povos e comunidades tradicionais .
Resolução CONAETI/MTE nº 7, de 2 de outubro de 2025	Homologa o Fluxo Nacional de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Trabalho Infantil com Explorador(a) Identificável . ² .
Resolução nº 273, de 3 de outubro de 2025	Dispõe sobre os parâmetros para atuação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no contexto das mudanças climáticas, considerando riscos, eventos extremos e de evolução lenta, desastres e vulnerabilidades, conforme marcos normativos e técnicos nacionais e internacionais
Recomendação CONAETI/MTE Nº 3, de 28 de outubro de 2025	Homologa a “ recomendação sobre a constituição de Comissões Estaduais e Distrital de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil , aprovada na Quarta Reunião Ordinária do colegiado, ocorrida em 10 de julho de 2025”.
Portaria Interministerial SG-PR/MTE/MDIC nº 204, de 4 de dezembro de 2025	Institui Grupo de Trabalho Técnico com a finalidade de estabelecer diálogo com as organizações e entidades representativas da categoria de entregadores atuantes por intermédio de plataformas tecnológicas, com o intuito de formular propostas para promoção e garantia do trabalho decente .

• **Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)**

O Ministério do Trabalho e Emprego publicou atos normativos voltados à destinação e gestão de recursos oriundos de condenações e acordos em ações civis públicas trabalhistas, ao aperfeiçoamento dos mecanismos de transferência automática de recursos no âmbito do Sistema Nacional de Emprego (Sine), ao remanejamento orçamentário, à atualização de competências institucionais, bem como ao fortalecimento da governança e da gestão de riscos aplicáveis às políticas públicas financiadas pelo Fundo.

Norma	Do que se trata
Resolução CODEFAT/MTE nº 1.012, de 26 de fevereiro de 2025	Dispõe sobre a destinação de recursos provenientes de condenações e acordos em ações civis públicas trabalhistas e estabelece diretrizes para a sua aplicação e gestão no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Resolução CODEFAT/MTE nº 1.021, de 25 de junho de 2025	Altera a Resolução CODEFAT nº 994, de 15 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a adesão de estados, do Distrito Federal e de municípios ao Sistema Nacional de Emprego - Sine , e regulamenta procedimento e critérios para a transferência automática de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT , no âmbito do Sistema, e dá outras providências

² (*) Republicada por ter saído, no DOU nº 190, de 6-10-2025, Seção 1, pág. 243, com incorreção do original.

Resolução CODEFAT/MTE nº 1.029, de 4 de novembro de 2025	Dispõe sobre a aplicação do processo de Gestão de Riscos do Ministério do Trabalho e Emprego nas políticas públicas do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT .
Portaria MTE nº 2.152, de 11 de dezembro de 2025	Dispõe sobre a destinação ao Fundo de Amparo ao Trabalhador de valores provenientes de condenações e acordos em ações civis públicas trabalhistas e de termos de ajustamento de conduta trabalhistas.

- **Sistema Nacional de Emprego - SINE**

Foram editadas várias normas relativas ao tema, conforme o quadro abaixo:

Norma	Do que se trata
Resolução CODEFAT/MTE nº 1.019, de 25 de junho de 2025	Altera a Resolução Codefat nº 780, de 14 de dezembro 2016, que estabelece diretrizes básicas para a Padronização da Rede de Atendimento do Sistema Nacional de Emprego - SINE .
Portaria Conjunta INSS/MTE nº 1.088, de 20 de agosto de 2025	Autoriza o compartilhamento de dados do Sistema Nacional de Emprego - Sine , sob gestão do Ministério do Trabalho e Emprego, e do Portal de Atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social, para fins do fortalecimento das políticas de inclusão de beneficiários reabilitados e pessoas com deficiência no mercado de trabalho .
Resolução CODEFAT/MTE nº 1.022, de 4 de novembro de 2025	Altera a Resolução Codefat nº 780, de 14 de dezembro 2016, que estabelece diretrizes básicas para a Padronização da Rede de Atendimento do Sistema Nacional de Emprego – SINE .

- **Proteção à Saúde e Segurança no Trabalho**

A agenda normativa voltada à saúde e segurança do trabalhador trouxe instrumentos de prevenção e sobre gestão dos impactos decorrentes de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Confira os atos normativos sobre a matéria:

Norma	Do que se trata
Portaria MTE nº 122, de 29 de janeiro de 2025	Altera a Portaria MTP nº 672, de 8 de novembro de 2021 , que “disciplina os procedimentos, programas e condições de segurança e saúde no trabalho e dá outras providências
Portaria SRGPS/MPS nº 1.110, de 8 de maio de 2025	Altera o § 4º do art. 10 e inclui o § 2º-A do art. 27, ambos da Portaria SRGPS/MPS n.º 2.400, de 25 de julho de 2024, que institui o Programa de Gestão e Desempenho da Perícia Médica Federal (PGDPMF) para as Carreiras da Perícia Médica Federal no âmbito do Departamento de Perícia Médica Federal da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social.”
Portaria MTE nº 680, de 9 de maio de 2025	Institui Grupo de Trabalho tripartite paritário para realizar diagnósticos, avaliar as normas infralegais trabalhistas vigentes e propor medidas acerca do trabalho de instalação e manutenção de infraestrutura de telecomunicações .

Portaria Interministerial MPS/MF 10, de 10 de setembro de 2025	Dispõe sobre a disponibilização do resultado do processamento do Fator Acidentário de Prevenção - FAP em 2025, com vigência para o ano de 2026, e dos róis dos percentis de frequência, gravidade e custo, por Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.3, calculados em 2025, e sobre o julgamento de contestações e recursos apresentados pelas empresas em face do índice FAP a elas atribuído
Portaria conjunta MPS/INSS nº 72, de 16 de outubro de 2025	Altera o § 1º e revoga o § 1-A, ambos do art. 4º da Portaria Conjunta MPS/INSS nº 38, de 20 de julho de 2023, que disciplina as condições de dispensa da emissão de parecer conclusivo da Perícia Médica Federal quanto à incapacidade laboral e a concessão do benefício por meio de análise documental pelo Instituto Nacional do Seguro Social , de que trata o § 14 do art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991

- II Conferência Nacional do Trabalho

A seguir, as principais publicações relacionadas à realização da II Conferência Nacional do Trabalho:

Norma	Do que se trata
Portaria MTE nº 1.225, de 21 de julho de 2025	Aprova o Regimento Interno da II Conferência Nacional do Trabalho .
Portaria SE/MTE nº 1.271, de 29 de julho de 2025	Designa membros para compor a Comissão Executiva Nacional - CEN da II Conferência Nacional do Trabalho
Portaria SRT/MTE nº 1.430, de 26 de agosto de 2025	Aprova o regulamento das Etapas Estaduais/Distrital da II Conferência Nacional do Trabalho (doravante II CNT) .

- Outras matérias

Veja adiante outros atos normativos relevantes publicados no período de 2025:

Norma	Do que se trata
Portaria MTE nº 373, de 10 de março de 2025	Institui Mesa Nacional de Diálogo para a Promoção do Trabalho Decente no Meio Rural para promover boas práticas trabalhistas e garantir o trabalho decente no meio rural.
Resolução CMN nº 5.239, de 22 de agosto de 2025	Altera o art. 3º da Resolução CMN nº 5.140, de 5 de junho de 2024, que estabelece a previsão de cláusula de compromisso de manutenção ou ampliação do número de empregos existentes anteriormente à calamidade pública nas linhas de financiamento de que trata o art. 47-A da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.
Decreto nº 12.603, de 28 de agosto de 2025	Institui a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica - PNEPT, regulamenta o art. 4º da Lei nº 14.645, de 2 de agosto de 2023, e institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica - SINAEP.
Decreto nº 12.712, de 11 de novembro de 2025	Altera o Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, para dispor sobre o Programa de Alimentação do Trabalhador e estabelecer parâmetros e condições aplicáveis às modalidades de auxílio-refeição e auxílio-

	alimentação , nos termos do disposto na Lei nº 14.442, de 2 de setembro de 2022.
Resolução CODEFAT/MTE nº 1.024, de 4 de novembro de 2025	Altera a Resolução Codefat nº 995, de 15 de fevereiro de 2024, que institui o Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional - PMQ, voltado ao desenvolvimento de ações de qualificação social e profissional a jovens e trabalhadores, de forma a contribuir com a formação geral, o acesso e a permanência no mundo do trabalho.
Portaria Consolidada MTE nº 1, de 17 de dezembro de 2025	Regulamenta disposições relativas à Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e aos sistemas, cadastros e estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego.
Solução de Consulta nº 10.021, de 17 de dezembro de 2025	Esclarece a incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre valores pagos a diretor estatutário a título de férias não gozadas convertidas em pecúnia, por ocasião da rescisão contratual.
Decreto nº 12.797, de 23 de dezembro de 2025	Dispõe sobre o valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2026
Resolução CMN nº 5.278, de 24 de dezembro de 2025	Altera a Resolução nº 4.790, de 26 de março de 2020, que dispõe sobre procedimentos para autorização e cancelamento de autorização de débitos em conta de depósitos e em conta-salário
Portaria Consolidada MTE nº 1, de 17 de dezembro de 2025 (*)	Regulamenta disposições relativas à Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e aos sistemas, cadastros e estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego

Para saber mais informações sobre inovações legislativas em matéria trabalhista, sindical e SST, acesse o Portal [Conexão Trabalho da CNI](#).